

# Ler História

67 | 2014

Transformações culturais no pós 25 de Abril de 1974

Em Debate

---

## O '25 de Abril': uma revolução nas ciências sociais

GUYA ACCORNERO

p. 171-177

---

### Notas da redacção

Em complemento do dossiê «Transformações culturais no pós 25 de Abril de 1974», publicado neste número da Ler História, pedimos a Guya Accornero (investigadora em ciência política) e a Sónia Vespeira de Almeida (antropóloga) uma leitura pessoal do estado da arte sobre o «25 de Abril» e o período revolucionário nos seus campos disciplinares respectivos.

---

### Texto integral

- 1 A 'revolução dos cravos' não foi apenas um evento local, mas a sua ressonância transcendeu amplamente os confins nacionais. Por um lado, a nível europeu, a revolução foi imediatamente olhada com muito interesse e esperança pelos vários grupos e partidos marxistas, velhos e novos, que se tinham multiplicado durante os assim chamados 'longos anos Sessenta'. Por outro lado, este evento representou também um ponto de viragem na análise politológica sobre os processos de mudança de regime.
- 2 De facto, o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 desencadeado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), através do qual Portugal se libertava, em menos de vinte e quatro horas, de um regime autoritário em vigor há mais de quarenta anos, inaugurava, a nível internacional, aquela que seria definida como a 'terceira vaga' do processo de democratização.<sup>1</sup> E foi mesmo desta terceira vaga – que inclui, além de Portugal, Espanha e Grécia – que nasceu aquela área da ciência política que passou a ser chamada 'transitologia'. Nas palavras de um dos seus fundadores, Philippe Schmitter, 'A pretensão desta neo e, talvez, pseudociência é de poder explicar e, possivelmente, conduzir o caminho de um regime a um outro ou ainda, de forma mais específica neste contexto, de algum tipo de autocracia a algum tipo de democracia'.<sup>2</sup>
- 3 Uma das primeiras obras a serem publicadas nesta área foram os cinco volumes *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, uma colecção de ensaios organizada por Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter, Laurence Whitehead e publicada em 1986. O próprio Philippe Schmitter, sucessivamente,

dedicou-se exclusivamente ao estudo do caso português, a partir do qual tem desenvolvido grande parte da sua teoria da democratização. A monografia que publicou, *Portugal: do autoritarismo à democracia*, foi provavelmente o primeiro estudo de caso, na área da ciência política, inteiramente dedicado à transição portuguesa e representou uma pedra miliar não só para os futuros estudos sobre o 25 de Abril, mas também, a nível internacional, para analisar outros casos.

4 Em linha geral, o paradigma da transitologia insere-se numa abordagem neoliberal, isso é, considera a democracia como, antes de mais, uma questão de procedimentos formais e de regras, considerando as questões de justiça social e igualdade económica – portanto o resultado das decisões democráticas – como secundárias. O paradigma da transitologia teve imenso êxito nos anos Noventa, sobretudo através das obras de Huntington e até o famoso trabalho de Juan Linz e Alfred Stepan *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Neste livro, os autores enfrentam de forma comparativa quinze casos de transições democráticas, na Europa e na América do Sul e na Europa do Leste. O caso português, continua a ser considerado como ‘não usual’ com respeito a todos os outros casos analisados, e isso sobretudo por causa da ‘crise de estado’ que seguiu ao golpe.<sup>3</sup>

5 Portanto, as primeiras análises da ‘transição portuguesa’ vieram à luz em estudos internacionais de cariz comparativa. Estes trabalhos sublinharam os aspectos de unicidade da transição portuguesa com respeito quer à espanhola e à grega, quer aos casos da Europa do Leste e da América do Sul. De facto, desde logo, o processo de democratização português pareceu caracterizado por elementos de ruptura bem mais profundos com respeito aqueles que se seguiram poucos meses depois na Grécia e na Espanha. Esta ruptura caracterizou desde já a própria forma como o regime caiu, através de um golpe militar pacífico, e foi prolongada pela grande mobilização social que se desencadeou logo depois do golpe, o assim chamado Processo Revolucionário Em Curso (PREC, 1974-1975).

6 Como sugerido por Thomas Bruneau, a transição portuguesa foi uma ‘transição inesperada’.<sup>4</sup> De facto, estes desenvolvimentos do golpe militar foram considerados imprevistos, sobretudo porque o começo de um processo de transição revolucionária parecia contradizer os cânones considerados habituais no caso de intervenção militar na vida política (Rezola, 2010). Por outro lado, o PREC foi considerado por vários cientistas sociais como um momento de excepcional mobilização social a nível europeu. Boaventura de Sousa Santos definiu este período como ‘o movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra’<sup>5</sup>; Fernando Rosas, como a ‘última revolução de esquerda do século XX no velho continente’<sup>6</sup> e Pedro Ramos Pinto como ‘um dos mais amplos movimentos populares do pós-guerra na Europa’<sup>7</sup>.

7 Entretanto, quer os relatos contemporâneos, quer as análises académicas posteriores têm, na maior parte dos casos, considerado também estas mobilizações como algo de inesperado. Segundo Manuel Braga da Cruz, tratou-se de uma mobilização sem passado nem futuro na história das atitudes políticas dos portugueses. Na opinião deste autor, os altos níveis de participação política da população portuguesa durante a revolução foram uma consequência da descompressão política e social, que teve o efeito de libertar as tensões acumuladas na sociedade. Entretanto, ele afirma que a desmobilização que seguiu mostrou que a cultura política profunda dos portugueses não tinha mudado.<sup>8</sup> De forma similar, Philippe Schmitter sugere que este fenómeno deve ser visto como um ‘despertar’ da sociedade civil, devido ao vazio institucional provocado pelo golpe de estado. Esta visão é partilhada por Howard Wiarda, o qual considera a cultura política dos portugueses como tradicionalmente não-participativa, com a exceção do período da transição, quando ‘o outro Portugal explodiu na revolução’.<sup>9</sup>

8 Assim, alguns dos mais importantes estudos sobre o processo de democratização português têm evidenciado sobretudo os elementos de descontinuidade entre a

participação política e a mobilização social durante a transição e os níveis de activismo dos portugueses antes e depois deste momento. Os cientistas sociais que enfrentaram esta questão tiveram que se confrontar portanto com o desafio de explicar porque é que durante o PREC, houve esta explosão de participação política e social, nas mais diversas formas.

9 A partir do início dos anos 2000, começou a se afirmar, na análise das mobilizações do PREC, uma linha de investigações muito interessante e original, a qual, ainda que tendo em consideração os estudos desenvolvidos na área da transitologia, recorria a instrumentos de análises mais ligados à sociologia política e sobretudo à assim chamada ‘sociologia dos movimentos sociais’. O primeiro autor a ‘arriscar’ esta nova abordagem – com êxitos absolutamente inovadores – foi Rafael Duran Muñoz, o qual explicou as mobilizações do PREC como o resultado de uma abertura da Estrutura das Oportunidades Políticas (EOP), um conceito muito utilizado na sociologia dos movimentos sociais. Sidney Tarrow define as oportunidades políticas desta forma: ‘uma consistente – mas não necessariamente formal ou permanente – dimensão do ambiente político que fornece incentivos às pessoas para empreenderem acções colectivas, influenciando as suas expectativas de sucesso ou falhanço’.<sup>10</sup>

10 Num texto ainda insuperado dedicado ao PREC, *O poder caiu na rua*, Diego Palacios Cerezales também recorreu brilhantemente ao instrumento analítico da EOP, mas juntamente com a teoria das ‘crises políticas’ do politólogo francês Michel Dobry.<sup>11</sup> Segundo a síntese que Palacios Cerezales fez, uma crise política, ou ‘conjuntura fluida’, é um ‘processo no qual deixa de funcionar a articulação entre as organizações que compõem [o estado] ou seja, em que se desintegra a rede de consolidação que por via de relações recíprocas de reconhecimento mantém, por um lado, a autonomia de cada sector e, por outro, a consistência do Estado. Com isto desaparece a certeza sobre quais as acções que serão consideradas legítimas pelos restantes actores’.<sup>12</sup> No caso português, ‘a ruptura inicial teve um papel importante na desintegração estatal, mas deve-se atender também aos mecanismos que perpetuaram a crise de Estado’ pois ‘a partir do golpe encadeou-se uma série de processos que, sem se proporem a tal, bloquearam a recomposição integrada do conglomerado estatal’.<sup>13</sup> Da mesma forma, António Costa Pinto refere a crise de estado e a ‘janela de oportunidades’ que tornou possível a mobilização durante o PREC, a qual, por sua vez, foi um ulterior factor de ruptura, por exemplo empurrando para a adopção de uma justiça transicional mais dura de que noutros processos de transição.<sup>14</sup>

11 Todas estas análises têm representado um avanço imprescindível na compreensão da revolução portuguesa e também para a introdução da sociologia dos movimentos sociais no estudo do PREC e, mais em geral, no estudo dos processos de mobilização em Portugal. Outros trabalhos, por seu lado, embora sempre adoptando esta abordagem, têm reconsiderado o peso da EOP na explosão dos movimentos sociais e da participação política durante o PREC. Pedro Ramos Pinto, por exemplo, embora considere a relevância da abertura da EOP no influenciar da mobilização social do PREC, também salienta que os movimentos deste período – no específico, os movimentos de moradores – devem ser considerados num contexto histórico de maior respiro e ligados às transformações sociais e políticas que os precederam. Entre estes elementos, ele salienta a evolução das políticas públicas nacionais e locais e das condições económicas e sociais, assim como a emergência de comunidades urbanas que dispunham das necessárias capacidades para se mobilizarem.<sup>15</sup> Neste sentido, a interpretação de Ramos Pinto vai na direcção das mais recentes reformulações do conceito de EOP, as quais salientam os aspectos de recíproca interligação entre instituições e movimentos sociais, mais de que a unilateral influência das primeiras nos segundos.<sup>16</sup>

12 Eu própria também segui esta linha interpretativa, entrando em diálogo com as obras precedentemente citadas. Considerei que algumas condições sociais pré-existentes podem ter tido um peso relevante em incentivar a própria abertura das

oportunidades.<sup>17</sup> Sem pretender subestimar a ruptura que o 25 de Abril efetivamente introduziu e os profundos efeitos ‘imprevistos’ que a sucessiva crise de Estado determinou, procurei compreender qual era a ‘matéria-prima’ na qual este evento se inseriu, ainda que modificando muitos dos seus aspectos e provocando efeitos inesperados. De facto, vários estudos recentes sobre o período pré-revolucionário têm vindo a iluminar um panorama que contradiz a visão de um país ‘adormecido’ até ao momento da revolução. Pelo contrário, os investigadores que têm estudado o período marcelista<sup>18</sup> têm evidenciado uma agitação cada vez mais intensa e radical. Estas mobilizações contribuíram decisivamente, segundo esta interpretação, para criar as condições para uma transição de tipo revolucionário.

13 Assim, como evidencia Manuel Villaverde Cabral, os militares que concretizaram o golpe de estado que derrubou a ditadura não foram a ‘última instância da mudança social, antes pelo contrário, é a mudança social que deve explicar, embora de formas mediatizadas, as novas atitudes dos militares’.<sup>19</sup> O autor evidencia também elementos de continuidade na própria abertura das oportunidades políticas pós-revolucionária, interpretada como o êxito de um processo mais longínquo: ‘Sabemos hoje que a intensa mobilização que fertilizou o confronto partidário correspondeu, basicamente, ao aproveitamento de uma estrutura de oportunidades proporcionada pela prolongada crise do Estado português, a qual se deveu, por seu turno, à divisão das forças armadas ante a solução a dar à questão colonial, motivo primeiro do golpe militar e causa da nossa revolução’.<sup>20</sup> Também esta interpretação está de acordo com uma releitura do conceito de EOP que vê as oportunidades políticas não como stocks preexistentes à ação e estruturalmente insensíveis, mas como elementos que se ‘atualizam continuamente através da relação com os movimentos’.<sup>21</sup>

14 Em todo o caso, como se tentou explicar – embora de forma não exaustiva – nestas páginas, a ‘revolução dos cravos’ foi também um desafio para os investigadores, nacionais e internacionais, que tentaram dar-lhe uma explicação, e o PREC representou um verdadeiro ‘laboratório’ de aplicação de várias ferramentas interpretativas, sobretudo da sociologia dos movimentos sociais. Por outro lado, estas próprias ferramentas, teóricas e empíricas, foram por sua vez renovadas pelo caso de estudo do PREC. Neste sentido, podemos dizer que o 25 de Abril foi uma verdadeira ‘revolução nas ciências sociais’.

---

## **Bibliografia**

Accornero, Guya. Forthcoming. *The Revolution before the Revolution. Student Protest and Political Change in Authoritarian Portugal*, Ney York-Oxford, Berghahn.

Accornero, Guya. 2010. ‘La rivoluzione prima della rivoluzione’, *Storia e Problemi Contemporanei* 54: 35-55.

Accornero, Guya. 2012. ‘Student Dissent and Contentious Politics in the Twilight of the Portuguese Dictatorship: Analysis of a Protest Cycle’, *Democratization* 20(6): 1036-1055.  
DOI : 10.1080/13510347.2012.674367

Accornero, Guya. 2013b. ‘A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo’, *Análise Social* 48(208): 572-591.

Braga da Cruz, Manuel. 1995. *Instituições políticas e processos sociais*. Venda Nova: Bertrand, 1995.

Bruneau, Thomas. 1989. ‘Portugal’s Unexpected Transition’ in K. Maxwell e M. Haltzel (orgs.) *Portugal: Ancient Country, Young Democracy*, Woodrow Wilson Center Press: 9-23.

Cabral, Manuel Villaverde. 2008. ‘O 25 de Abril em retrospectiva’, in A. Torres e L. Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto, Afrontamento: 113-121

Cabral, Manuel Villaverde. 1983. ‘A segunda república portuguesa numa perspectiva histórica’, *Análise Social* 75: 127-142.

Cardina, Miguel. 2011. *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal, 1964-1974*. Lisboa: Tinta da China.



- Dobry, Michel. 1986. *Sociologie des crises politiques*. Paris: Presses de la FNSP.
- Durán Muñoz, Rafael. 2000. *Contención y transgresión: Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Fillieule, Olivier. *Stratégies de la rue: les manifestations en France*. Paris: Presses de Science Po, 1997.
- Hungtinton, 1991, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- Linz, Juan e Alfred Stepan. 1996. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press
- McAdam, Doug. 1999. *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press.  
DOI : 10.7208/chicago/9780226555553.001.0001
- O'Donnell, Guillermo, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule: Comparative Perspectives*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Palácios Cerezales, Diego. 2003. *O poder caiu na rua. Crise de Estado e Acções colectivas na Revolução Portuguesa, 1974-1975*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, António Costa. 2006. 'Authoritarian Legacies, Transitional Justice and State Crisis in Portugal's Democratization'. *Democratization* 13:2: 173-204.
- Pinto, Pedro Ramos, P. 2008. 'Urban Social Movements And The Transition To Democracy In Portugal, 1974–1976', *The Historical Journal* 51(4): 1025–1046
- Pinto, Pedro Ramos, P. 2009. 'Housing and Citizenship: Building Social Rights in Twentieth-Century Portugal', *Contemporary European History* 18(2): 199 –215.  
DOI : 10.1017/S0960777309004937
- Pinto, Pedro Ramos, P. 2013. *Lisbon rising. Urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974–75*. Manchester: Manchester University Press.
- Rosas, Fernando. 2004. *Pensamento e acção política. Portugal século XX (1890–1976)*. Notícias, 2004 Lisboa, Notícias.
- Santos, Boaventura de Sousa. 1990. *O Estado e a sociedade em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Schmitter, Philippe. 2014. 'Reflections on 'transitology' – Before and After', in D. Brinks, M. Leiras, Sco. Mainwaring, *Reflections on Uneven Democracies: The Legacy of Guillermo O'Donnell*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Schmitter, Philippe. 1999. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- Tarrow, Sidney. 1998. *Power in Movement. Social Movements and contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wiarda, Howard J. (ed.), 2006. *Development on the Periphery: Democratic Transitions in Southern and Eastern Europe*. Lanham: Rowman & Littlefield.

---

## Notas

1 S.P. Huntington (1991), *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Oklahoma: University of Oklahoma Press.

2 P. Schmitter (2014), 'Reflections on "transitology" – Before and After', in D. Brinks, M. Leiras, Sco. Mainwaring (orgs.), *Reflections on Uneven Democracies: The Legacy of Guillermo O'Donnell*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, p.72

3 Entretanto, de acordo com Philippe Schmitter, as 13 páginas dedicadas, no livro de Linz e Stepan, ao caso português: 'ignoram quase completamente a questão da dissolução do imenso império português. Esta variável exógena foi [...] muito mais importante para explicar a confusão inicial e o papel dos governos provisórios de que os factores endógenos [...] O que foi mais significativo no longo prazo [...] foi a dramática e muito atrasada mudança da identidade nacional, desde uma concepção atlantista baseada no império a uma enraizada na pertença à Comunidade Europeia', P. Schmitter (1997), 'Clarifying consolidation', *Journal of Democracy* (8)2, pp. 168-174.

4 T. Bruneau (1989), 'Portugal's Unexpected Transition' in K. Maxwell e M. Haltzel (orgs.), *Portugal: Ancient Country, Young Democracy*, Washington: Woodrow Wilson Center Press,

- 5 B. Sousa Santos (1990), *O Estado e a sociedade em Portugal*, Porto, Afrontamento, p.27.
- 6 F. Rosas (2004), *Pensamento e acção política, Portugal século XX (1890–1976)*, Lisboa: Notícias, p. 15.
- 7 P. Ramos Pinto (2007), ‘Urban Protest and Grassroots Organizations in Lisbon, 1974–1976’. Tese de doutoramento, Universidade de Cambridge, p. III.
- 8 M. Braga da Cruz (1995), *Instituições políticas e processos sociais*, Venda Nova: Bertrand.
- 9 H. Wiarda (2006), org., *Development on the Periphery: Democratic Transitions in Southern and Eastern Europe*, Lanham: Rowman & Littlefield, p. 123
- 10 S. Tarrow (1998), *Power in Movement. Social Movements and contentious Politics*, Cambridge: Cambridge University Press, p.54.
- 11 M. Dobry (1986), *Sociologie des crises politiques*, Paris: Presses de la FNSP.
- 12 D. Palacios Cerezales (2003), *O poder caiu na rua. Crise de Estado e Acções colectivas na Revolução Portuguesa, 1975-1975*, Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- 13 *Ibidem*, p.55.
- 14 A. Costa Pinto (2006), ‘Authoritarian Legacies, Transitional Justice and State Crisis in Portugal’s Democratization’, *Democratization* (13)2, pp. 173-204.
- 15 P. Ramos Pinto (2008), ‘Urban Social Movements and the Transition to Democracy In Portugal, 1974–1976’, *The Historical Journal* 51(4), pp. 1025–1046; P. Ramos Pinto (2009), ‘Housing and Citizenship: Building Social Rights in Twentieth-Century Portugal’, *Contemporary European History* 18(2), pp. 199 –215; P. Ramos Pinto (2013), *Lisbon rising. Urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974–75*, Manchester: Manchester University Press.
- 16 Por exemplo, Sidney Tarrow considera que ‘Quando as oportunidades e os constrangimentos ambientais fornecem aos desafiadores incentivos para se mobilizarem, são os recursos culturais, organizacionais e práticos deles que constituem a base dos movimentos sociais’. S. Tarrow, *Power in Movement*, cit., p. 141. Similarmente, Doug McAdam considera que ‘Mudanças num sistema de políticas institucionalizadas apenas oferecem a um potencial desafiador a oportunidade para a acção colectiva. São os recursos organizacionais disponíveis ao grupo no momento em que as oportunidades se manifestam que condicionam a sua capacidade de aproveitar da abertura. Na ausência destes recursos, o grupo pode falhar a oportunidade de agir quando existem as oportunidades para o fazer’. D. McAdam (1999), *Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press, p. IX.
- 17 G. Accornero, G. (2010). ‘La rivoluzione prima della rivoluzione’, *Storia e Problemi Contemporanei* 54, pp. 35-55; G. Accornero, (2012), ‘Student Dissent and Contentious Politics in the Twilight of the Portuguese Dictatorship: Analysis of a Protest Cycle’, *Democratization* 20(6), pp. 1036-1055; G. Accornero (2013), ‘A mobilização estudantil no processo de radicalização política durante o Marcelismo’, *Análise Social* (48)208, pp. 572-591, G. Accornero (no prelo), *The Revolution before the Revolution. Student Protest and Political Change in Authoritarian Portugal*, New York-Oxford: Berghahn.
- 18 Além dos meus estudos precedentemente citados, ver M. Cardina (2008), *A tradição da contestação. Resistência Estudantil em Coimbra*, Coimbra: Angelus Novus e M. Cardina (2011), *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa: Tinta da China.
- 19 M. Villaverde Cabral (1983), ‘A segunda república portuguesa numa perspectiva histórica’, *Análise Social* 75, pp. 127-142.
- 20 M. Villaverde Cabral (2008), ‘O 25 de Abril em retrospectiva’, in A. Torres e L. Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas. Reflexividade e Acção*, Porto: Afrontamento, pp. 113-121
- 21 O. Fillieule (1997), *Stratégies de la rue: les manifestations en France*. Paris: Presses de Science Po, p.97.

---

## **Para citar este artigo**

### *Referência do documento impresso*

Guya Accornero, « O ‘25 de Abril’: uma revolução nas ciências sociais », *Ler História*, 67 | 2014, 171-177.

### *Referência eletrónica*

## ***Autor***

**Guya Accornero**

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)

---

## ***Direitos de autor***



*Ler História* está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.